



CENTRO UNIVERSITÁRIO FAEMA - UNIFAEMA

LUDIMILA DE SOUZA SILVA

**VULNERABILIDADE SOCIAL, CONVÍVIO FAMILIAR E OS IMPACTOS
PSICOLÓGICOS NA PRIMEIRA INFÂNCIA SOB UM OLHAR
PROFISSIONAL MULTIDISCIPLINAR**

**ARIQUEMES-RO
2022**

LUDIMILA DE SOUZA SILVA

**VULNERABILIDADE SOCIAL, CONVÍVIO FAMILIAR E OS IMPACTOS
PSICOLÓGICOS NA PRIMEIRA INFÂNCIA SOB UM OLHAR
PROFISSIONAL MULTIDISCIPLINAR**

Monografia apresentada ao curso de
Psicologia do Centro Universitário
Faema - UNIFAEMA para a obtenção
de grau de bacharel em Psicologia.

Orientadora: Profa. Esp. Kátiuscia
Carvalho de Santana.

Coorientadora: Ma. Natalí Máximo dos Reis

**ARIQUEMES – RO
2022**

FICHA CATALOGRÁFICA
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S586v Silva, Ludimila de Souza.

Vulnerabilidade social, convívio familiar e os impactos psicológicos na primeira infância sob um olhar profissional multidisciplinar. / Ludimila de Souza Silva. Ariquemes, RO: Centro Universitário FAEMA – UNIFAEMA, 2022.

52f. ; il.

Orientador: Prof. Esp. Katiuscia Carvalho de Santana.

Coorientador: Prof. Ms. Natalí Máximo dos Reis.

Trabalho de Conclusão de Curso – Graduação em Psicologia – Centro Universitário FAEMA – UNIFAEMA, Ariquemes/RO, 2022.

1. Vulnerabilidade Social. 2. Convívio familiar. 3. Impactos Psicológicos. 4. Infância. 5. Desenvolvimento infantil. I. Título. II. Santana, Katiuscia Carvalho de.

CDD 150

Bibliotecária Responsável
Herta Maria de Açucena do N. Soeiro
CRB 1114/11

LUDIMILA DE SOUZA SILVA

**VULNERABILIDADE SOCIAL, CONVÍVIO FAMILIAR E OS IMPACTOS
PSICOLÓGICOS NA PRIMEIRA INFÂNCIA SOB UM OLHAR
PROFISSIONAL MULTIDISCIPLINAR**

Monografia apresentada ao curso de
Psicologia do Centro Universitário
Faema - UNIFAEMA para a obtenção
de grau de bacharel em Psicologia.

Orientadora: Profa. Esp. Kátiuscia
Carvalho de Santana.

Coorientadora: Ma. Natalí Máximo dos Reis

Banca examinadora

Profa. Esp. Kátiuscia Carvalho de Santana
Centro Universitário Faema – UNIFAEMA

Prof. Dr. Pedro Octávio Gonzaga Rodrigues
Centro Universitário Faema – UNIFAEMA

Profa. Ms. Yesica Nunez Pumariega
Centro Universitário Faema – UNIFAEMA

**ARIQUEMES – RO
2022**

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, aos meus pais Robson e Lisandra e meu esposo Ranon Filipe, por toda dedicação e compreensão ao longo do curso e pelo incentivo à realização deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, pela força e perseverança durante estes cinco anos que não foram fáceis e pela vitória de me formar como Psicóloga. Ele me capacitou, me sustentou e ajudou até aqui.

Às minhas orientadoras Profa. Ma. Natalí Máximo dos Reis e Profa. Esp. Katiúscia Carvalho de Santana pelo apoio, paciência e incentivo à minha pesquisa e pela oportunidade de poder desfrutar um pouco de seus conhecimentos.

Aos meus Professores, em especial a Profa. Ma. Yésica Nunez Pumariega, pelo auxílio no desenvolver do meu trabalho e por todo ensinamento transmitido a nós, alunos, ao longo do curso.

À instituição social e demais profissionais que foram meus entrevistados, pela confiança depositada para realização desta pesquisa e pelos conselhos de buscar novos desafios para minha carreira profissional: a minha eterna gratidão.

Aos meus pais Robson e Lisandra, por todo o carinho, dedicação e esforço na concretização de um sonho que hoje podemos desfrutar juntos. Por me apoiar sempre com palavras de sabedoria e positividade e não deixar que eu desistisse.

Ao meu companheiro, meu esposo Ranon Filipe, que mesmo nas dificuldades fez com que eu continuasse firme neste propósito e pelo apoio, sempre acreditando em mim. Ademais, não posso deixar de agradecer aos meus sogros Jarbas Galindo e Dulce que também me apoiaram e colaboraram para que este dia chegasse.

À minha amada filha Aylla, que mesmo tão pequena, me deu forças para continuar e realizar meus objetivos.

A toda minha família e colegas de estágio que, de alguma maneira, ajudaram-me ao longo desses anos.

A todos os meus colegas de sala: pelos anos de experiência que passamos juntos nesses últimos cinco anos; pelos momentos vividos; pelas

agradáveis lembranças que nunca sairão do meu coração e pela eterna amizade consolidada entre todos nós. Finalmente, a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a conclusão desta pesquisa.

“O que cura o humano desumanizado, é o humano reconciliado com a própria humanidade em seu percurso de vida, que é mistério e transformação”.

Beatriz Cardella

RESUMO

A exposição de famílias à vulnerabilidade social, seja de natureza pessoal, social ou ambiental, abrange fatores que culminam no surgimento ou agravamento de problemas psicológicos, tanto na área de desenvolvimento da criança, como em todo contexto familiar. Essa sensibilidade ou fragilidade em termos financeiros e emocionais podem estar presentes não só em uma única família, mas também numa comunidade inteira. Cabe ao estado garantir a proteção social aos cidadãos no enfrentamento de suas dificuldades por meio de serviços, benefícios, programas e projetos que contam com apoio de uma equipe multiprofissional. O objetivo desta pesquisa consistiu em analisar os fatores condicionantes relativos à vulnerabilidade social na vida familiar e suas implicações psicológicas no desenvolvimento infantil numa perspectiva psicossocial de um município da Amazônia legal, da rede municipal de assistência social. Para tanto, foi realizada uma pesquisa qualitativa, de tipo exploratório-descritivo, com cinco profissionais atuantes na área de assistência social; para a coleta de dados, realizou-se uma entrevista semiestruturada. Os resultados deste estudo revelaram que a vulnerabilidade social e a pobreza são indicadores de violência doméstica e psicológica, violação de direitos e dificuldades financeiras; na qual pôde-se observar que as famílias, em sua maioria, habitam num ambiente familiar conflituoso e que as crianças possuem dificuldades escolares e um alto desenvolvimento da ansiedade, culminando em transtornos com grande impacto psicológico.

Palavras chave: Vulnerabilidade Social; Convívio Familiar; Impactos Psicológicos.

ABSTRACT

The exposure of families to social vulnerability, whether of a personal, social or environmental nature, encompasses factors that culminate in the emergence or worsening of psychological problems, both in the area of child development and in the entire family context. This sensitivity or fragility in financial and emotional terms can be present not only in a single family, but also in an entire community. It is up to the state to guarantee social protection to citizens in facing their difficulties through services, benefits, programs and projects that have the support of a multidisciplinary team. The objective of this research was to analyze the conditioning factors related to social vulnerability in family life and its psychological implications for child development in a psychosocial perspective of a municipality in the Legal Amazon, of the municipal social assistance network. Therefore, a qualitative exploratory-descriptive research was carried out, with five professionals working in the area of social assistance; for data collection, a semi-structured interview was carried out. The results of this study revealed that social vulnerability and poverty are indicators of domestic and psychological violence, violation of rights and financial difficulties; in which it was possible to observe that families, for the most part, live in a conflicting family environment and that children have school difficulties and a high development of anxiety, culminating in disorders with great psychological impact.

Key Words: Social vulnerability; Family life; Psychological Impacts.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 OBJETIVOS	15
2.1 Objetivo geral	15
2.2 Objetivos específicos	15
3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	16
3.1 Vulnerabilidade social e políticas públicas de intervenção	16
3.2 O papel da família na formação social da criança	18
3.3 Convívio familiar e os aspectos que afetam psicologicamente a criança	19
3.4 Atuação do profissional assistente social nos centros de referência especializada	22
3.5 Atuação do psicólogo no sistema único de assistência social	23
4 METODOLOGIA	26
4.1 Natureza de estudo	26
4.2 Local de estudo	27
4.3 Instrumentos e Coletas de Dados	27
4.4 Procedimentos para análise de dados	28
4.5 Aspectos éticos	29
4.6 Critérios de inclusão	29
4.7 Critérios de Exclusão	29
5 RISCOS	31
6 BENEFÍCIOS	32
7 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	33
7.1 Vulnerabilidade Social	34
7.2 Convívio Familiar	36
7.3 Impactos Psicológicos	41
7.4 Dificuldades Da Equipe Na Atuação Com As Famílias	43
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
REFERÊNCIAS	47
APÊNDICE I - Instrumento de coleta de dados	52

1 INTRODUÇÃO

O contexto familiar cumpre um papel importante na formação dos indivíduos, sendo significativo na formação do caráter e personalidade, além de interferir consideravelmente no comportamento individual através das ações e providências educativas tomadas no âmbito familiar (DRUMMOND; DRUMMOND FILHO, 1998).

A família representa um lugar protegido de afeto, no qual estão inseridos relacionamentos intrínsecos, onde a criança aprenderá a como se relacionar com seus pares e outras pessoas, como também ter um contato com suas emoções e sentimentos que for desenvolvendo a medida do tempo. Por isso, essas trocas de afeto tidas no decorrer da vida são fundamentais para o crescimento dos indivíduos e aquisição de condições tanto físicas como mentais para vivenciar cada etapa da construção de seu desenvolvimento psicológico (ROMANELLI, 1997).

Devido ao período de desenvolvimento e as mudanças que ocorrem nessa fase, a criança traz em si uma condição intrínseca de vulnerabilidade, necessitando, assim, de proteção e cuidados físicos, psíquicos e morais. Entre as diferentes vulnerabilidades às quais os adolescentes podem estar susceptíveis, a vulnerabilidade social encontra um lugar de destaque nas discussões do meio acadêmico e social.

A vulnerabilidade social é um conceito que pode ser abordado em vários contextos e que caracteriza a existência de indivíduos, grupos ou lugares em situação de fragilidade, seja por fatores biológicos, epidemiológicos, sociais e/ou culturais. Esses fatores tornam os indivíduos expostos a riscos e a níveis significativos de desagregação social que acabam por influenciar no seu modo de viver e de adoecer, e, conseqüentemente, na sua qualidade de vida (SOBRAL, 2015).

Abrangendo distintas modalidades de desvantagem social, e principalmente a fragilização dos laços afetivos, relacionais ou vinculados à violência e/ou transtornos psicológicos, as relações em contexto de vulnerabilidade social constituem crianças, adolescentes e famílias desinteressadas e dependentes, com a autoestima consideravelmente afetada. Quando se observa que algumas crianças se encontram em vulnerabilidade

social, percebemos que elas acabam produzindo a insegurança e o senso de baixa autoestima e o quanto isso pode prejudicar o mundo natural e social da mesma (CARRARA, 2016).

Nesse contexto, percebe-se a importância do trabalho profissional em assistência social e psicológica para ir de encontro com toda essa realidade e demanda que envolve aspectos de vulnerabilidade social e seus impactos na vida da criança, envolvendo todo o contexto familiar da qual está inserida.

Dessa forma, o profissional Psicólogo deve-se atentar a todos os aspectos e tudo que envolve a vida de um sujeito, sendo estes econômicos, culturais e sociais. Salientando que o desenvolvimento da criança pode ser um momento em que ocorrem diversas situações conflituosas no que se refere a vulnerabilidade social e seu contexto familiar. E para isso, acontece a intervenção multidisciplinar que, à medida em que é observado e analisado todo contexto em que a criança está inserida. Assim, propõem-se intervenções que contribuam para o acolhimento e amparo dessas famílias, bem como as necessidades que precisam ser trabalhadas com as crianças.

Esta monografia justifica-se por sua relevância social em torno da concepção de vulnerabilidade, que precisa ser discutida quando vinculada às propostas direitos e deveres dos cidadãos existentes no modelo de proteção social estatal. A proposta do presente estudo consiste, então, em discutir sobre as concepções de vulnerabilidade social, os aspectos que interferem negativamente na vida das crianças e em seu contexto familiar que figuram nas políticas públicas de assistência social, produzindo sentidos e influenciando práticas que impactam a vida da sociedade num todo. A relevância acadêmica desta pesquisa também se observa por contribuir para a relação entre teorias que foram abordadas durante todo o percurso acadêmico, relacionando-as ao contexto prático segundo a concepção e realidade dos profissionais em assistência social e psicologia, proporcionando trocas de experiências que são fundamentais para a atuação e prática quando formada.

Deste modo, esta pesquisa foi enriquecedora para apontamentos referentes à vivência familiar da criança e aos possíveis impactos que são desenvolvidos nas mesmas por estarem em situações de vulnerabilidade social; com isso, considera-se importante a do mesmo a fim de compreender as influências e dificuldades de convivência das famílias atendidas e sua

contribuição para que as variáveis dos impactos psicológicos e o fator de pobreza sejam analisados como o problema na perspectiva dos profissionais em questão.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Analisar os fatores condicionantes relativos à vulnerabilidade social na vida familiar e suas implicações psicológicas no desenvolvimento infantil numa perspectiva psicossocial de um município da Amazônia legal, da rede municipal de assistência social.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Conhecer o perfil das famílias atendidas pelos profissionais da Assistência Social e Psicologia;
- Analisar os fatores associados à vulnerabilidade social que os profissionais identificaram como prejudiciais e que influenciam as crianças psicologicamente;
- Identificar aspectos do convívio familiar que podem interferir negativamente na vida da criança ainda na primeira infância, segundo os profissionais da rede municipal de assistência social.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 VULNERABILIDADE SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS DE INTERVENÇÃO

Na década de 1970, o grande aumento do número de famílias e indivíduos em situação de fragilidade resultante de desigualdades e falta de serviços e políticas públicas acabaram por desenvolver as lutas por trabalho, habitação, acesso ao atendimento das necessidades básicas e ampliação da cidadania enquanto direito. Após a Constituição de 1988, os esforços para o estabelecimento da Política de Assistência Social confluíram para a construção de redes descentralizadas de serviços na lógica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em meados do século XXI (FILHO, 2017).

Dessa forma, o SUAS foi estruturado em dois graus de Proteção Social (Básica e Especial), pelo qual suas funções e serviços são difundidos à medida que a demanda e o nível de dificuldade é estabelecido. A Proteção Social Básica tem por objetivo, fortalecer os vínculos familiares e comunitários existentes, promovendo o acesso e utilização dos direitos fundamentais para acautelar as condições de sobrevivência e crescimento, colaborando para a qualidade de vida da população.

A Proteção Social Especial foi subdividida em dois níveis: Proteção Social Especial de Alta Complexidade e Proteção Social Especial de Média Complexidade. A Proteção Social Especial de Alta Complexidade vem para garantir a proteção integral a indivíduos e famílias em situação de risco pessoal e social, com vínculos familiares rompidos ou fragilizados. Enquanto que a Proteção Social Especial de Média Complexidade acontece quando os usuários ainda mantêm os vínculos familiares preservados (BRASIL, 2004).

Vulnerabilidade social representa o impasse na introdução de novas oportunidades no campo social, econômico e cultural, que se fundamenta através do Estado, do mercado e da sociedade, ocasionando debilidades ou desvantagens para o desempenho e flexibilidade social. As desvantagens em relação a criação de novas oportunidades refletem no crescimento de situações de desvalimento e insegurança, o que acaba destacando os problemas e as dificuldades de exclusão e criminalidade (KAZTMAN, 2001).

Identifica-se como serviços socioassistenciais as atividades contínuas que ambicionem à qualidade de vida da população na qual as ações

direcionadas para as necessidades básicas, atente para os objetivos, princípios e diretrizes estabelecidos na Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (BRASIL, 1993; BRASIL, 2011).

Desde 2004, com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) através do SUAS contém, entre outros, dois dispositivos em que o trabalho do psicólogo e o assistente social é solicitado: o Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) e o Centro de Referências Especializado em Assistência Social (CREAS).

O CRAS é responsabilizado pela prevenção de situações de vulnerabilidade social ou risco social. Enquanto que o CREAS se refere às consequências e conduz as famílias e os indivíduos que penam violação dos direitos ou que estão vivenciando situações de violência, abandono, negligência, ameaça, maus tratos e discriminações sociais.

O serviço fundamental oferecido pelo CRAS é o Serviço de Atendimento e Proteção Integral às Famílias (PAIF), que corresponde a uma escuta específica e o conhecimento dos processos de vida e suas relações sociais em que a família está inserida. Ações são elaboradas então, para que a família esteja em uma situação mínima de proteção. Contribuindo também para essas famílias através do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) que tem por finalidade desenvolver um trabalho a acrescentar naquele que é realizado pelo PAIF, colaborando para prevenção da eventualidade de situações de risco social aumentando a convivência familiar comunitária.

O CREAS acontece num processo de porta-aberta, ou seja, recebe suas próprias demandas, quando as vítimas de forma direta, procuram a assistência. Porém, na maioria dos casos, são encaminhados pela rede de proteção social que é constituída por órgãos do sistema de justiça de saúde. Dentre os serviços disponibilizados pelo CREAS estão: Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI; Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade; Serviço Especializado em Abordagem Social e Serviço de Proteção Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias.

3.2 O PAPEL DA FAMÍLIA NA FORMAÇÃO SOCIAL DA CRIANÇA

Os métodos de formação de crianças e adolescentes acontecem além de instituições de ensino e aprendizagem, se desenvolvem também por meio de outros elementos culturais, como a família, por exemplo, que é o ponto central para o desenvolvimento de todo ser humano. O seio familiar é tido como um lugar específico para transformação de sugestões, de condutas, de relacionamentos com as distinções individuais e com o modo como cada um constitui a família e deve ser protegida. No entanto, o surgimento de novos protótipos familiares como a família homoafetiva, dentre outras, possibilitou ao Direito, que, enquanto ciência, tem como objetivo conduzir os comportamentos sociais, a necessidade de investigar e proteger essas novas realidades familiares (PASCHOAL, 2012).

As crianças e os adolescentes possuem direitos inerentes à liberdade, à cultura, ao lazer, à habitação, à integridade física, psíquica e moral, à educação, saúde e outros direitos individuais indisponíveis, sociais, difusos e coletivos. É neste momento que as políticas públicas de inclusão sócio familiar devem se fazer presente a fim de que a família possa contar com o acesso universal de suas crianças, na certeza da garantia mínima de direitos, não apenas como atendimento de necessidades e interesses, mas como direitos humanos indivisíveis, como os designa a normativa internacional.

De acordo com a Política Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, embora a família nuclear tradicional deixe de ser o modelo hegemônico e outras formas de organização familiar passem a ser reconhecidas, as funções de proteção e socialização podem ser realizadas nas mais variadas estruturas familiares e contextos socioculturais, refutando-se, assim, qualquer ideia preconcebida de modelo familiar “normal” (PETRINI, 2003).

Um ambiente familiar afetivo que compreende as carências da criança e, mais tarde do adolescente, engloba a base para o desenvolvimento saudável ao longo de todo o ciclo vital. Tanto a imposição do limite, da autoridade e da realidade, quanto o cuidado e a afetividade são indispensáveis para a formação da subjetividade e desenvolvimento das habilidades necessárias à vida em comunidade. Assim, as experiências vividas na família farão com que a criança

e o adolescente estejam aptas a se sentirem amados, de cuidar, se preocupar e amar o outro, de se responsabilizar por suas próprias ações e sentimentos (WINNICOTT, 2009).

A família, a escola e demais instituições são espaços onde as crianças e adolescentes estabelecem e constroem relações e laços afetivos que contribuem no processo de construção e afirmação de suas identidades individual e coletiva, ou seja, no seu modo de ser. A infância e a adolescência são fases em que o desenvolvimento é sucessivamente influenciado pelo contexto no qual as pessoas estão inseridas. Neste sentido é necessário compreender a influência e a complexidade dos vínculos familiares e comunitários na vida das crianças e adolescentes, tornando, desse modo, reconhecida a importância da família no desenvolvimento e bem-estar de seus integrantes (ROMANELLI, 1997).

Com base neste contexto, a família é vista como sendo um grupo de pessoas com laços de consanguinidade, de aliança, de afinidade, de afetividade ou de solidariedade, nas quais os vínculos abarcam obrigações recíprocas, organizadas em através de relações de geração e de gênero. É ela quem mediará a relação da criança com o mundo e poderá ajudá-la a respeitar e inserir regras, limites e proibições necessárias à vida em sociedade. Entretanto, o espaço da família que deveria ser um lugar de segurança, proteção e afeto, torna-se, muitas vezes, um espaço de violação de direitos, uma vez que as condições precárias de habitação, saúde e escolarização, a exposição constante a ambientes de violência não favorece a construção de relações saudáveis. (COSTA, 2013).

Esses pressupostos teóricos, conceituais e legais consolidam o entendimento de que, independentemente dos diferentes arranjos familiares que possam existir, ou até mesmo da maneira como a família se estrutura e se organiza, ela tem papel essencial no desenvolvimento humano e social das crianças e adolescentes.

3.3 CONVÍVIO FAMILIAR E OS ASPECTOS QUE AFETAM PSICOLÓGICAMENTE A CRIANÇA

A família desde os primórdios desempenha grande influência sobre a vida das pessoas, sendo considerada como um grupo com uma organização

heterogênea, inserida em um amplo contexto social e que mantém uma constante interação entre os pares (BIASOLI, 2004).

Pode-se considerar esta instituição, a responsável pela socialização principal das crianças e adolescentes, que tem por objetivo determinar medidas e limites para as relações determinadas entre as gerações mais novas e mais velhas, proporcionando a adequação dos indivíduos às exigências que envolvem o conviver em sociedade.

A estruturação da família está completamente unida com o tempo histórico que perpassa a sociedade da qual ela está inserida, uma vez que os vários tipos de configurações familiares são determinados por um grupo considerável de fatores ambientais, sociais, econômicas, culturais, políticas, religiosas e históricas. Nesse sentido, para se discutir a família hoje é preciso considerar que as estruturas familiares, bem como o funcionamento dos comportamentos parentais, transformaram-se consideravelmente nas últimas décadas (SINGLY, 2000).

Entretanto, destaca-se que o cuidado da saúde familiar não resulta apenas da habilidade de superação das crises, mas também da qualidade das relações entre os membros da família e das trocas familiares com o meio social no qual está inserida. Sendo assim, o equilíbrio, a qualidade do relacionamento familiar e conjugal são fatores significativos que representam uma influência direta no desenvolvimento dos filhos, podendo interferir até mesmo no possível surgimento de déficits e transtornos psicoafetivos nos indivíduos (PRATTA, 2007).

Os adultos possuem uma função principal neste processo, pois contribuem para a base inicial aos mais jovens, a vivência de regras e normas fundamentais para o social, atuam como representações internalizadas, normalmente como ideais, nas quais as atitudes e comportamentos serão difundidos às gerações que os sucedem (BIASOLI, 2001).

Quando a criança nasce num contexto de vulnerabilidade social, ela pode estar suscetível a estes aspectos que podem interferir em seu desenvolvimento e vida em sociedade. Uma vez que, famílias em situação de pobreza ou desestrutura familiar, não possuem orientações e conhecimentos necessários talvez para uma boa relação ou vivência entre seus pares.

Estatisticamente, pais e mães em condições físicas, emocionais, sociais ou econômicas desfavoráveis tendem a ter filhos com mais dificuldades de comportamento, de relacionamento e de desempenho escolar, em relação aos pais que dispõem de situações mais favoráveis. Estudos têm se voltado ao impacto que as condições de vida de mães e de pais exercem sobre o desenvolvimento da criança e especificamente na sua saúde emocional. Por exemplo, pais e mães em situação de vulnerabilidade social ou que possuam algum distúrbio psicológico, como depressão ou ansiedade, podem ter mais dificuldades para proporcionar o estabelecimento de vínculos seguros (ABUCHAIM, 2016).

Nesse sentido, a qualidade do convívio familiar e das relações interpessoais entre pais e filhos pode se estabelecer em determinados níveis de vínculos que denotam situações de conflito incorrendo em sofrimento para as crianças. A família é estruturante, principalmente por ser o primeiro contato que a criança tem com o mundo, conseqüentemente estrutura a vida desse ser, simplesmente por pertencermos a uma determinada família (PAPALIA, 2009, WOOLFOLK, 2000).

Em muitas famílias pode-se observar a presença da violência como método educativo, disciplinar. Segundo Guerra (1998), a violência partindo dos pais contra seus filhos, com fins pretensiosamente disciplinadores, exercendo sua função socializadora ou até mesmo com outros objetivos, assume três facetas principais: a) física: é entendida como o uso de força física contra a criança, causando-lhe diversos tipos de ferimentos e perpetrado por pai; mãe, padrasto ou madrasta; b) sexual: quando a ameaça acontece tendo em vista obter a participação em práticas íntimas sexuais; c) psicológica: quando a coação é feita de ameaças, humilhações, privação emocional, impedindo o desenvolvimento psicossocial da criança.

Pela sua característica, a violência psicológica intrafamiliar normalmente desenvolve e rompe-se na forma da violência física, porém, em vários casos, mesmo sem executar reflexos evidentes, as sequelas emocionais são bem mais consideráveis que as físicas. Reconhecer que a violência se inicia dentro casa é compreender que os relacionamentos familiares são capazes não só de influenciar a personalidade de alguém, como também de determinar uma

conduta de se relacionar próprio desse vínculo, que pode vir ser produtivo e rico, mas também pouco gratificante (RICOTTA, 1999).

Portanto, os laços sociais, afetivos e culturais que a criança cria no contexto familiar ou meio em que estão inseridos irão fortalecê-lo como pessoa e ajudá-lo a solucionar confrontos, a conviver e se ajustar a vários ambientes e situações que possam vivenciar no decorrer de sua vida (OLIVEIRA, 2017).

3.4 ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL ASSISTENTE SOCIAL NOS CENTROS DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADA

Compreende-se que o processo de trabalho do Assistente Social acontece por meio do enfrentamento das expressões da questão social, através da política social que ao longo da história da profissão, o Serviço Social implementou, trazendo em seu cotidiano profissional diferentes formas de políticas sociais e a agregação de conhecimentos práticos que possibilitaram a construção de toda uma estrutura metodológica para a atuação do assistente social nas políticas sociais. Essa observação se justifica na trajetória histórica e estruturante que com o passar dos anos foi trazendo mudanças e proporcionando o entendimento da necessidade em se considerar as determinações econômicas, sociais e políticas e a correlação de forças próprias desse modo de produção tanto da profissão no campo prático, bem como das políticas sociais (NALESSO,2018).

Sendo assim, o assistente social atua de forma propositiva e sua presença se faz muito importante enquanto parte da equipe que integra o Centro de Referência Especializado na Assistência Social. O mesmo pode utilizar de instrumentos como o estudo social, laudo e perícia social para o desenvolvimento da sua prática profissional, associando o uso do projeto ético político, os fundamentos teóricos metodológicos e técnicos operativos provenientes da própria profissão (SILVA,2019).

Para uma atuação de qualidade no CREAS o Assistente Social deve fazer uso da Lei nº 8.662 de 1993 que apresenta quais as características e as competências que o profissional deve fazer uso no seu cotidiano profissional e no Artigo 4º essas competências elencadas:

I - Elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta e indireta, empresas, entidades e organizações populares.

II - Elaborar, coordenar executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de Serviço Social com participação da sociedade civil;

III - Encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população.

V - Orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos (ALMEIDA, 2013, p.2).

As competências descritas acima se fazem necessárias para que haja uma atuação de qualidade por parte do profissional em Assistência Social no âmbito do CREAS e para além disso deve-se ter um conhecimento vasto sobre o contexto sócio histórico para uma ação profissional efetiva.

Enfim, espera-se que este profissional que traga sugestões ou propostas edificantes que ambicionem aperfeiçoar um processo, uma atividade, um trabalho, e não só executivo. Ou seja, será na prática profissional que os assistentes conseguirão desenvolver seus trabalhos e ter um olhar específico para cada demanda e cada caso que é atendido pelo CREAS, no qual faz-se necessário considerar expressões da “questão social”, levando o profissional a pensar, analisar, pesquisar e procurar compreender a realidade para, assim, intervir (IAMAMOTO, 2012, p. 20).

3.5 ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A introdução do psicólogo no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) se encontra em processo de grande ampliação no país e, uma vez que descreve um novo campo e contexto de atuação, demanda a construção de novos saberes e fazeres profissionais. Proporcionando não somente novas metodologias, mas também uma reflexão crítica acerca da própria atuação profissional num campo de profundas desigualdades sociais diante da constituição da sociedade no sistema capitalista.

O psicólogo como um profissional que compreende o ser humano na construção de sua subjetividade e, conseqüentemente, em todas as relações sociais em que este está envolvido, influenciando e sendo influenciado por elas, tem sua prática nas políticas públicas, visando, principalmente, à prevenção e promoção do bem-estar social e psíquico do homem (YAMAMOTO, 2003).

Sendo assim, a atuação em diferentes contextos, como em lugares menos favorecidos, como bairros de periferia e favelas resultam na construção de estruturas alternadas em relação àquelas áreas que são comuns do psicólogo trabalhar. Ao profissional de Psicologia compete o estudo da falta histórica de investimento do Estado nessas comunidades, acabando com a carência e exiguidade de espaços e equipamentos públicos, bem como a precisão de rever as próprias intervenções da Psicologia, que necessitam transpassar os limites de uma sala, para um outro modelo de atendimento fundamentado em uma análise crítica da profissão (PARKER, 2007).

Trazendo este ponto de vista para a atuação do psicólogo no SUAS, pode-se inferir que o andamento e a proteção dos direitos sociais do sujeito circundam vários princípios biológicos, psicológicos, sociais e culturais, que não podem ser compreendidos partindo de opiniões uniformizadas e descontextualizadas dos conhecimentos comuns. E para que isso não aconteça, é de suma importância que o profissional levante suas ações partindo do estudo e entendimento das realidades únicas e comunitárias em que está agregado e, principalmente, que compreenda o sujeito no processo de construção das análises e ações que fará, visto que o mesmo é o ator principal de todo o processo (CFP, 2009).

Se tratando do PAEFI (Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos), que desenvolve um trabalho com crianças e adolescentes, a atuação do psicólogo tem como finalidade oportunizar intervenção psicológica ao estado de dificuldade e instituir o equilíbrio emocional e a ressocialização da vítima. Esta atuação se aproxima dos pontos peculiares e relacionais da ocorrência da violência sem deixar de considerar os aspectos sociais e culturais específicos à mesma, desenvolvendo, a partir de ações de cunho terapêutico, condições para o fortalecimento da autoestima (CFP, 2009).

Os serviços disponibilizados na Assistência Social consentem conduzir de perto uma família e uma comunidade no seu desenvolvimento, e não apenas nos momentos de maior dificuldade. O cadastro no CRAS permite aos usuários

acompanhar o espaço e se utilizar dele não só nas emergências, mas também no dia a dia. Sendo assim, é permitido acompanhar a participação e a atividade cotidiana das pessoas atendidas. Com o passar do tempo, é firmado um conhecimento e compreensão da família e da comunidade como um todo é construída. O fato de os usuários estarem no CRAS diariamente contribui para a relação com os profissionais e cria um ambiente de segurança e acolhida. É através dessa relação que as necessidades vão surgindo. As pessoas, naturalmente, solicitam o atendimento com o psicólogo, compartilham seus problemas e iniciam um processo de reflexão sobre suas vidas.

Portanto, o psicólogo desempenha a identificação e prevenção dos riscos e vulnerabilidades sociais por fornecer uma escuta qualificada, a qual permite a transformação dos impedimentos e adversidades nos desenvolvimentos psicológico e social em problematizações das experiências cotidianas, tendo o caráter preventivo, e não curativo. O diálogo direciona à inspeção de respostas concretas e criativas para os problemas gerados pela exclusão social e por toda a fragilidade da vida humana causada por ela.

Ao profissional de Psicologia, compete favorecer a variável subjetiva e intersubjetiva no atendimento às famílias, dispondo-se como facilitador das expressões emocional, psicológica e relacional presentes nos processos de exclusão social. Essa prática determina que a Psicologia e a Psicologia Social devem se aliar à Assistência Social na construção de uma abordagem participativa, no desenvolvimento de potencialidades, na autonomia dos sujeitos e no fortalecimento de vínculos sociais (AFONSO, 2008).

4 METODOLOGIA

4.1 NATUREZA DE ESTUDO

Esta pesquisa de campo foi de caráter exploratório e abordagem qualitativa.

Neste sentido, desenvolveu-se uma pesquisa, na qual se justifica pela necessidade em contemplar instrumentos apropriados ao contexto e aos sujeitos que objetivaram realizar a investigação e que corresponda de forma satisfatória os anseios, sejam eles dos pesquisadores ou dos pesquisados. Sendo assim, pode-se aprofundar no campo de estudo com mais compreensão e precisão dos objetivos que pretendemos alcançar. Este tipo de pesquisa permitiu dados qualitativos importantes para o (re)direcionamento dos estudos, visto que não teve como objetivo confirmar ou refutar hipóteses mas levantar questionamentos e possíveis equívocos na construção (ou elaboração) dos instrumentos a serem aplicados.

Em uma pesquisa qualitativa o ambiente é onde encontram-se a fonte de informações para geração dos dados, pois nos deparamos com os próprios sujeitos que possuíram experiências com o problema ou o objeto da pesquisa em questão. Como objetivo de aperfeiçoar as hipóteses, legitimar instrumentos e possibilitar familiaridade com o campo de estudo, a pesquisa exploratória se organiza mediante a primeira etapa de um estudo mais amplo, e é muito empregada em pesquisas do qual o tema foi pouco explorado, sendo capaz de ser utilizada em estudos iniciativos para se obter uma visão geral acerca de determinados fatos (DANTAS, 2017).

A entrevista possibilita momentos de proximidade com o entrevistado, mesmo que seja preciso criar um ambiente informal para realizá-la. Refere-se a uma técnica específica que exige um planejamento antecipado e roteiros que demarcam o caminho para se aproximar dos objetivos da pesquisa. Assim como o questionário, a análise das respostas de uma entrevista exige cuidado e atenção com as implicações, com a interpretação para se analisar fidedignamente a opinião do entrevistado (DUARTE, 2004).

O procedimento de pesquisa que permite o conhecimento teórico, partindo da aparência, destina-se a alcançar a essência do objeto. E, como já supracitado, esta pesquisa que é de cunho qualitativo buscará através dos

instrumentos captar não só o que está posto, mas o interdito no discurso, nas entrelinhas de cada resposta, neste sentido a entrevista permitirá uma série de informações necessárias para a reflexão crítica da proposta de aplicação do instrumento (BRAZ,2012).

4.2 LOCAL DE ESTUDO E POPULAÇÃO DE AMOSTRA

O local escolhido para a pesquisa foi um município da Amazônia legal, que conta com uma população maior que 100.000 mil habitantes, segundo dados do IBGE, localizado no interior de Rondônia, situado na região norte.

Precisamente o estudo foi realizado na rede municipal de assistência social, que implementa políticas sociais visando à redução das desigualdades e o desenvolvimento da garantia de direitos, assistência social e também intervenção psicológica por meio de centros de convivência e programas federais e estaduais para a população do município.

O estudo foi realizado com duas Assistentes Sociais e três Psicólogas que compõem a rede assistencialista do município.

4.3 INSTRUMENTOS E COLETA DE DADOS

Na pesquisa em questão, através da entrevista semiestruturada, foram utilizadas questões pré-estabelecidas, que giram em torno da temática de vulnerabilidade e pobreza das famílias, bem como seus impactos psicológicos como influência na vida das crianças. A entrevista semiestruturada permitiu abrir espaço para respostas livres e espontâneas, o que evidenciou ao máximo as vivências e experiências ao contribuir no atendimento das famílias.

A entrevista semiestruturada contribuiu para a obtenção de informações por meio da fala individual, onde revelou condições estruturais, sistemas de valores, normas e símbolos transmitindo através de um porta-voz, neste caso Psicólogos e Assistentes Sociais, as representações de determinados grupos, no qual se enquadra às famílias carentes que são atendidas.

Acerca da realização, a entrevista em questão contou primeiramente com a apresentação dos objetivos da pesquisa e esclarecimento aos profissionais sobre a participação voluntária, no qual os ampara a participar ou não; foi

realizado ainda uma explanação sobre o sigilo das informações que foram coletadas por meio da entrevista, respeitando assim, a não identificação das famílias e crianças que são acompanhadas pelos mesmos, o sigilo das informações que fizeram parte desta pesquisa, os dados e aspectos que envolveram a temática e finalidade do projeto de pesquisa em si; abarcando também a confidencialidade dos nomes das profissionais entrevistadas, utilizando-se nos resultados desta pesquisa nomes fictícios para as mesmas, a fim de preservar a imagem profissional de cada participante. Aconteceu também a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que foi um termo entregue a cada um dos profissionais a fim de evidenciar que as declarações e dados compartilhados serão para fins de fundamentação do TCC, o que concomitante estará autorizando a utilização dos dados e informações coletadas; E após o momento da entrevista, realizou-se o agradecimento pela participação dos profissionais na pesquisa.

4.4 PROCEDIMENTOS PARA ANÁLISE DE DADOS

A análise de dados obtidos na entrevista foi avaliada por meio da Análise de Conteúdo de Bardin, na qual teve como instrumento metodológico a entrevista semiestruturada, que desatou entre os polos da objetividade e a fecundidade da subjetividade.

Sendo uma técnica de análise das comunicações, investiga-se o que foi trazido mediante questões da entrevista ou aquilo que foi percebido pelo pesquisador. Na análise do material, procura-se destacar e classificar temas ou categorias que contribuem para o entendimento do que está nas entre linhas das falas tidas durante entrevista. O caminho percorrido pela análise de conteúdo, com o decorrer dos anos, percorre diversas fontes de dados, como: notícias de jornais, discursos políticos, cartas, anúncios publicitários, relatórios oficiais, entrevistas, vídeos, filmes, fotografias, revistas, relatos autobiográficos, entre outros (SILVA, 2015).

Como procedimentos de análise, Bardin abrange as iniciativas de explicitação, sistematização e expressão do conteúdo de mensagens, com o intuito de realizar deduções lógicas e justificadas a respeito da origem das mensagens. Sua proposta constitui-se de algumas etapas para a consecução da

análise de conteúdo, podendo ser organizadas em três fases: 1) pré-análise, 2) exploração do material e 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação (BARDIN, 1979).

O desenvolvimento da análise de conteúdo, pode ser compreendida de diversas formas, levando-se em consideração o sentido teórico e a intencionalidade do pesquisador que a desenvolve, seja adotando conceitos relacionados ao discurso coletado, ou ainda, visando à conclusão através da identificação objetiva de características das mensagens. Destaca-se o caráter social da análise de conteúdo, uma vez que é uma técnica com o objetivo de produzir soluções de um texto para seu contexto social de forma concreta (BAUER; GASKELL, 2002).

4.5 ASPECTOS ÉTICOS

O projeto de pesquisa em questão, foi submetido ao Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) do Centro Universitário FAEMA –UNIFAEMA, no qual obteve aprovação e seu parecer consubstanciado do CEP foi tido através do número 5.134.752.

Em conformidade com as Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde que regulamentam as pesquisas com seres humanos, a pesquisadora entrou em contato com os integrantes da equipe dirigente para convidá-los a participar da pesquisa. Na oportunidade foram dadas informações sobre os objetivos e procedimentos da pesquisa, também sobre a participação deles e apresentação do TCLE para conhecimento e assinatura, bem como a solicitação da autorização de todos para a realização e gravação em áudio da entrevista por meio de um gravador digital.

Os participantes foram informados de que poderiam interromper ou não responder às questões formuladas e que a participação ou desistência não lhes acarretariam qualquer prejuízo. A pesquisadora também esclareceu aos participantes que assegurará a confidencialidade e sigilo das informações prestadas. Ao fim desta etapa, após todos estarem cientes, a pesquisadora iniciou a análise documental e as entrevistas individuais, as quais foram gravadas e posteriormente transcritas. Cada participante manifestou seu aceite individualmente por meio da assinatura no TCLE.

4.6 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO

Foram estabelecidos os seguintes critérios de inclusão:

- Profissionais com área de atuação em Assistência Social e Psicologia no contexto social, na rede estadual de Assistência Social do Município da Amazônia;
- Aceitar os termos do TCLE.

4.7 CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO

Foram estabelecidos os seguintes critérios de exclusão:

- Profissionais que não possuíssem área de atuação em Assistência Social e Psicologia no contexto social, na rede estadual de Assistência Social do Município da Amazônia;
- E que não aceitaram assinar o TCLE, visto que seria importante e necessário o consentimento e aceite dos mesmos para participação da pesquisa.

5 RISCOS

Durante a execução da pesquisa ocorreram riscos mínimos, relacionados ao lembrar algumas sensações vividas com situações altamente desgastantes emocionalmente e de alto grau vulnerável no momento da coleta de informações ou cansaço e desconforto pelo tempo gasto na realização da entrevista, que foram minimizados através da elaboração de questões predefinidas simples e deixando livre para os surgimentos de novos argumentos ou apenas respostas mais objetivas e pouco invasivas. Importante ressaltar que a identidade de cada profissional foi mantida em sigilo e que os dados do estudo serão divulgados de forma a não identificar os elementos pessoais e informações de cunho dos atendimentos específicos que envolvam questões da secretaria do município.

6 BENEFÍCIOS

Encontrou-se demandas que contribuam nas políticas e projetos, na perspectiva dos profissionais, de famílias carentes, e de extrema pobreza para identificar como são seus convívios familiares, as questões do vínculo afetivo e a estrutura familiar em que as crianças estão inseridas, observando as situações psicológicas dos familiares e os aspectos e fatores de interação que cada um mediante sua realidade vivenciam e relacionam-se entre si.

7 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise de dados obtidos na entrevista, como já mencionado neste trabalho, foi avaliada por meio da Análise de Conteúdo de Bardin. Partindo de alguns pressupostos que foram colhidos durante entrevista, pode-se analisar os resultados com base nas categorias com classificações que auxiliaram na percepção do que estava além dos discursos.

Para tanto, as categorias foram classificadas mediante aspectos que compõem os objetivos e tema da pesquisa em questão, podendo ser estabelecidas como: Vulnerabilidade Social, Convívio Familiar, Impactos Psicológicos e Dificuldades da equipe na atuação com as famílias. Segundo estas categorias estabelecidas mediante discurso das profissionais entrevistadas e dos dados colhidos, pôde-se reunir subtópicos que contemplassem os resultados da pesquisa delimitando aspectos e assuntos específicos acerca do objetivo da pesquisa como um todo.

Vulnerabilidade Social	Convívio Familiar	Impactos Psicológicos	Dificuldades da Equipe na Atuação com as Famílias
Violência Doméstica	Ambiente Familiar Conflituoso	Dificuldade Escolar	Resistência
Violência Psicológica	Falta de Informação dos Pais	Transtornos Psicológicos	Não aceitação dos pares
Violação de Direitos	Vínculo Familiar Fragilizado		
Dificuldades Financeiras			

7.1 VULNERABILIDADE SOCIAL

Por ser um conceito que pode se abranger em diferentes contextos, a vulnerabilidade social reporta-se ao estado de vida em que indivíduos e grupos enfrentam dificuldades, o que os deixam sujeitos a riscos e a níveis relevantes de desagregação e fragmentação social. Aludindo ao perfil estrutural de instituições econômico-sociais que envolvam a comunidade, o indivíduo e a família em diferentes classes e dimensões da vida em sociedade, sendo assim, torna-se possível identificar a dificuldade em que os indivíduos e grupos encontram para se incluírem nas estruturas sociais e econômicas causando uma zona duvidosa entre integração e exclusão (XIMENES,2010).

Diante disso, com base nas entrevistas, se tratando da vulnerabilidade social, as profissionais destacaram que esta é uma categoria que muito tem marcado o lar de crianças na primeira infância, visto que o público em que atendem, todos carecem de amparo financeiro e psicológico.

Devido às relações existentes dentro do ambiente familiar, várias são as consequências que podem ser desencadeadas a partir deste relacionamento, sendo uma destas a violência. A violência também pode ocorrer dentro do lar, mais especificamente, na forma como as pessoas desse ambiente familiar se comunicam e relacionam entre si estabelecendo seus vínculos (RICOTTA, 1999).

Paula, uma das entrevistadas durante a pesquisa, destaca que a violência psicológica tem refletido em grandes problemas para as crianças que são atendidas:

Os problemas psicológicos que mais atingem as crianças que são acompanhadas na primeira infância neste CRAS e CREAS é a violência psicológica, que acontece através de ameaças, de falar alguma coisa para essa criança e machucar. Então a violência psicológica é a que mais se caracteriza no ambiente familiar.

As consequências na vida da criança ao comorar num ambiente com violência psicológica são muitas, segundo vários autores, podendo-se destacar algumas delas: dificuldade de aprender, incompetência de firmar e manter relações com outras pessoas, comportamentos e sentimentos atípicos diante de situações que se consideram normais, humor depressivo e predisposição a

desenvolver sintomas que refletem tanto no emocional como também no físico (ABRANCHES, 2011).

Ou seja, a violência psicológica vai muito além de apenas ferir a criança ali naquele momento em que está sofrendo a violação, ela se perdura durante todo o desenvolvimento, passando a vivenciar situações das quais Abranches trouxe acima.

Se tratando da violação de direito, Marta durante a entrevista pontuou que estas são as demandas que mais ocorrem no CRAS e CREAS no que se refere a problemas de desestruturação familiar e vulnerabilidade:

... a nossa demanda está relacionada a situações de violação de direitos, nós vemos casos em que há questão relacionada ao uso de drogas, gravidez na adolescência, falta de escolaridade de algum membro da família; então são vários indicadores que verificamos ao longo do acompanhamento.

De acordo com Cronemberger e Teixeira (2013, *apud* Silva et al, 2019), O que se observa, não tão distante do contexto em que vivemos, é que existe uma grande violação de direitos pessoais e sociais desse público, especialmente sendo relacionado à exposição dos fatores de riscos ligados à vulnerabilidade em seu aspecto global, tanto as violações relacionadas à precariedade de renda quanto a fragilização de vínculos afetivos familiares e sociais, vulnerabilidades essas ligadas à desassistência das políticas públicas.

A violência doméstica e o fator de dificuldades financeiras, foram também aspectos abordados pelas profissionais durante entrevista, na qual observou-se que muito dos motivos da violência doméstica dentro deste cenário de vulnerabilidade, acontece justamente pela dependência que a mãe geralmente se depara por não ter condições em manter a casa sozinha e precisar do pai, por isso, muitas vezes, acaba se submetendo a este tipo de violência para conseguir manter a casa e alimentar as crianças. O que acaba trazendo impactos psicológicos para os filhos, por presenciarem situações de agressões e não poder ajudar.

Segundo Cieplak (2019), O ambiente familiar é a base para o bom amadurecimento e crescimento da criança e do adolescente, é necessário que se tenha um cuidado maior neste período uma vez que esta representa um momento de muitas descobertas. Quando acontece da criança ou o adolescente crescer em ambientes inadequados, pode-se considerar que isso acabe

atingindo não apenas o aprendizado, mas também o desenvolvimento físico e mental, produzindo adultos agressivos, impacientes e com muitas dificuldades em viver em sociedade. A agressão doméstica tem um impacto muito grande nas crianças e adolescentes.

Sobre a dificuldade financeira, Débora evidencia que esta é uma demanda grande na secretaria de assistência social:

As demandas que mais recebemos são pedidos de auxílio material mesmo, auxílio de cesta básica e cadastro único com benefícios eventuais.

Então pode-se compreender que não se trata apenas de vulnerabilidades psicológicas ou emocionais, mas também de condições financeiras para que essas famílias assistidas possam conseguir o sustento e o mantimento para conseguir viver e alimentar seus filhos, uma vez que, dificilmente essas famílias possuem um trabalho fixo ou uma renda mensal que possam contar.

7.2 CONVÍVIO FAMILIAR

O convívio familiar é um outro aspecto que muito envolve o desenvolvimento de crianças na primeira infância, esse convívio familiar mediante pesquisa e falas das entrevistadas, pode ser observado com base no ambiente familiar, muitas vezes, conflituoso; na falta de informação dos próprios pares e também no vínculo, que em sua maioria se encontra fragilizado.

É a família que possibilita os subsídios afetivos e, principalmente, as ferramentas fundamentais para o desenvolvimento e bem-estar das partes. Ela representa uma função determinante na educação escolar bem como naquela produzida mediante as relações e vivências interpessoais; é neste contexto que ocorre o estabelecimento dos valores morais e éticos, e onde se firmam os laços de ajuda e apoio ao próximo (GOMES, 2005).

Paula durante a entrevista, identifica que a criança vivencia um ambiente familiar conflituoso observando alguns aspectos:

Através do comportamento, da fala, da agitação, através do que ela traz de relatos sobre a casa, como: “Ah, minha mãe bateu”, “minha mãe apanhou”, “meu pai bateu”; tudo isso retrata esse ambiente, então através também de desenhos, dos brinquedos é possível retratar essa vivência da criança nesse ambiente.

Poliana também traz sua percepção sobre, com base na sua prática, acerca de como identificar este ambiente conflituoso:

Quando a criança geralmente é agressiva, quando apresenta muito medo, ou apresenta um comportamento mais infantil para idade dela; então sentamos e pensamos o que está acontecendo com aquela criança, às vezes uma criança muito quieta e assustada. Então ligamos nosso alerta para tentar identificar o que se passa, e a agressividade é o que se destaca quando detectamos que há um conflito familiar.

Para uma família menos favorecida financeiramente, definida pela carência, fome e miséria, a casa retrata um lugar de escassez, insegurança e de rompimento dos laços afetuosos e de amparo. Quando este ambiente deixa de ser um espaço de acolhimento e abrigo para ser um espaço conflituoso, a superação de toda esta circunstância se torna muito difícil, visto que esta família não possui uma rede de apoio para lidar com essas complicações, tornando-se uma família desestruturada. A realidade das famílias pobres não possui no seu interior familiar o equilíbrio para que ela possa contribuir para o bom desenvolvimento de seus membros, uma vez que seus direitos estão sendo indeferidos (GOMES, et al, 2005).

Sendo assim, observa-se como é evidente o conflito que transpassa nessas famílias atendidas e o quanto as crianças sofrem ao estar inseridas neste contexto, resultando para elas apenas os reflexos da convivência numa realidade assim.

Se tratando da falta de informações dos pais quanto ao desenvolvimento da criança dentro deste contexto de vulnerabilidade, pode-se verificar que é uma relação onde os pais, muitas vezes, não sabem como agir, o que falar, como direcionar determinadas situações que são advindas de comportamentos negativos através das crianças, comportamentos estes que acabam refletindo não só dentro de casa, mas também na escola e na sociedade em que a criança se encontra.

Segundo Mattner (2017), o ambiente tanto familiar quanto escolar é o principal elemento de determinação do desenvolvimento humano, portanto devemos proporcionar as crianças condições favoráveis para o seu desenvolvimento pleno e para que aprendizagens ocorram, como regras de conduta e comportamental voltada aos princípios estabelecidos pela família,

escola e sociedade. Este ambiente a que me refiro deve ser agradável, harmônico, familiar e de princípios.

Porém, o que encontramos nem sempre condiz com esta realidade trazida acima por Mattner, por viverem numa situação de vulnerabilidade, e este ser talvez um caminho em que até mesmo os pais das crianças atendidas passaram, o ciclo então se repete, formando lares nos quais os pais não conseguem dar atenção aos filhos, não existe a harmonia, e os princípios, muitas vezes, encontram-se deturpados.

Poliana, uma das entrevistadas traz que os pais apresentam muita dificuldade em identificar os impactos psicológicos decorrentes de um ambiente de conflito, ela ressalta que falta informações para que eles consigam identificar que as crianças, seus filhos, possam estar desenvolvendo comportamentos e atitudes atípicas por talvez uma falta de conhecimento e de atenção por parte deles:

Existe muita dificuldade deles principalmente em entender que a criança está sofrendo daquele jeito por conta do que esteja acontecendo dentro de casa, o que eles fazem muito é empurrar a responsabilidade para uma terceira pessoa, por exemplo, um colega brigou na escola e empurrou a criança, é o colega que está errado; voltou a fazer xixi na cama, e eles tentam justificar para não perceber que as dificuldades da criança acontecem também por conta deles, os pais.

Desse modo, torna-se mais difícil o trabalho da equipe multidisciplinar que acompanha essas famílias, na qual procuram esclarecer essas situações para os pais, instruir e dar informações sobre mecanismos para lidar com as crianças, e quando existe essa resistência dos pais em reconhecer que algo não está certo, o trabalho não flui, como Luiza traz em uma de suas respostas:

O CRAS como ele trabalha com essa parte de prevenção, nós tentamos sempre trabalhar com a família justamente essa questão, fazer com que eles entendam e percebam o conflito que eles estão vivenciando agora e que pode trazer a longo prazo; porém a maioria realmente não tem essa noção do grau de importância de ter esse olhar sobre a criança e o que este ambiente conflituoso pode trazer de consequência para o futuro da criança bem como da família no geral.

O que acaba acontecendo diante deste cenário, é que os pais não querem assumir suas responsabilidades, acham mais fácil encontrar um culpado que não seja eles, e assim direcionar para que alguém de fora resolva, o que acontece muito conforme Luiza traz em seu discurso:

Os pais possuem muita dificuldade de lidar com isso, de compreender e saber como lidar; chegam aqui muito perdidos sem saber como agir diante dessas situações sem saber o que fazer, muitas vezes querem jogar essa responsabilidade para o estado, que é o conselho tutelar, o assistente social, o psicólogo. Mas percebemos que isso acontece justamente por não saber como agir diante dessa situação de conflito que está envolvendo a criança, por não ter o apoio também dos órgãos públicos com tratamentos adequados, na qual casos de crianças sabemos que é mais complicado pois envolve casos com especialistas para ajudar.

Paula, suscita sobre essa falta de informação dos pais e frisa o seguinte:

...hoje nós vemos um contexto na nossa sociedade que quando se chama a atenção para alguma coisa da criança, eles (os responsáveis) já acham que tem algo que não é verdade, que está fazendo manha, que isso seja para chamar a atenção e acaba não olhando mesmo para estas características e sinais.

Essa falta de interesse dos pais faz com que cada vez mais os filhos busquem criar formas para conseguir ter este olhar e atenção dos mesmos; o que acontece muito é começar a desenvolverem costumes ou comportamentos que antes eram desconhecidos para que possam se sentir notados por seus pares; ou também o que acaba acontecendo, é que não se trata apenas de um mecanismo no qual eles criam para conseguir essa atenção, mas sim uma dificuldade psíquica, um transtorno, um distúrbio psicológico, entre outros. Por isso faz-se necessário que os pais tenham informação de como lidar com seus filhos, como tratá-los dentro de casa e observar os aspectos que permeiam essa vivência familiar.

Sobre o vínculo familiar fragilizado, pode-se considerar que as peculiaridades encontradas conforme atendimentos realizados com a equipe multiprofissional, são aquelas pelas quais inferem em vínculos que não são bem estabelecidos entre os pares, e também na forma com que se constituem essas famílias, desde a concepção até a formação e desenvolvimento da criança. Acerca disso, Débora aponta em sua fala:

As peculiaridades são questões do vínculo familiar que não existe ou se encontra bem fragilizado, e com relação à estrutura familiar; mães que possuem diversos filhos com pais diferentes e cada momento ela tem um relacionamento com alguém diferente, o que acaba interferindo diretamente no vínculo e na estrutura familiar, o arranjo familiar.

Essa situação trazida por Débora, elucida bem sobre o referencial que essas crianças não conseguem ter, quando identificadas num ambiente familiar

fragilizado em que há esta troca repentina de figuras que se inserem no seu ambiente familiar, neste caso, mães com vários filhos e todos de pais diferentes, ou que desenvolvem uma relação com homens diferentes o tempo todo, isso faz com que a criança se sinta perdida e não pertencente àquele ambiente familiar.

Esteves (2016) salienta que ao pensarmos nas crianças dentro das relações familiares, sabemos ser de extrema importância para elas as interações, os vínculos afetivos, os cuidados e os estímulos. Esses vínculos promovidos pela própria família, devem ser constantemente fortalecidos. A qualidade desse processo é que vai garantir as futuras habilidades sociais e cognitivas, e também possibilitar o interesse do infante por novos conhecimentos.

É a família, que estabelece os primeiros vínculos afetivos para o bebê, auxiliando em seu desenvolvimento e propiciando as primeiras identificações. São pelas vivências familiares que o bebê constitui seu caráter e sua personalidade perante a sociedade. É passando por essas experiências que a criança aprende a ter domínio sobre si, a enfrentar a vida e lidar com as diversas situações (ANDRADE, 2013, p. 35-48, et al, *apud* Porot 1954).

Dessa forma, verifica-se a importância de criar este ambiente harmonioso para a criança, afim de contribuir para seu desenvolvimento num todo, enaltecendo o quanto ela é importante e fundamental dentro do lar, considerando sua interação, sua forma de expressar-se, o brincar, e suas habilidades.

As famílias que se encontram em vulnerabilidade social, conforme resultados da pesquisa em questão, dificilmente apresentam estrutura emocional, financeira e até mesmo física para cuidar dos filhos e do ambiente familiar como deveria ser. Poliana, infere o seguinte sobre este vínculo familiar fragilizado que é predominante nessas famílias:

...na maioria dos casos, são mães solteiras que o pai não dá apoio nenhum (nem financeiro muito menos cuidados com a criança), a mãe, muitas vezes, não tem essa ajuda por parte dos familiares; então observamos que toda essa situação acaba passando para a criança e depois ela reproduz tudo que passou justamente pela falta de estrutura familiar.

Segundo Andrade (2013), no convívio familiar as crianças vivenciam o amor e ódio em relação a seus pais, por isso Dinamarco (2009) e Del Nero (2005)

afirmam que a criança se sente confiante ao saber que sua família é uma base segura e está em retaguarda para quando precisar de auxílio, assim ela tem um potencial melhor para se desenvolver, um bom equilíbrio emocional e autoconfiança.

Porém, quando a criança sente que não tem esta base, a mesma acaba reproduzindo tudo quando crescer e se desenvolver, como a entrevistada Poliana trouxe acima, tornando a falta de estrutura familiar, um ciclo, no qual vai se repetindo de geração em geração, caso permaneça sempre este tipo de relação e conflito familiar.

7.3 IMPACTOS PSICOLÓGICOS

Outra categoria que utilizamos através da análise para estes resultados, são os impactos psicológicos nessas famílias que se encontram em vulnerabilidade aludindo às crianças e seu desenvolvimento. Nesta categoria, encontra-se dificuldades escolares e a ansiedade.

De acordo com os estudos realizados por Vygotski, crianças que conseguem se desenvolver em ambientes conflituosos ou desfavoráveis, que vivenciam e sofrem com violência na família recebendo pouco ou quase nada de estímulo dos pais, pendem a ter seu desenvolvimento comprometido e a serem manipuladas negativamente pelo que o meio ao qual fazem parte (RAOPORT e DA SILVA, 2013).

Dessa forma, Poliana traz que é considerável o número de crianças atendidas que evitam ou não querem ir para escola, e como os pais, muitas vezes, não apresentam interesse aos filhos de os incentivar, acabam por ficarem totalmente desmotivados:

Chegam muitas demandas para nós de crianças que não querem ir para a escola, então vamos tentar analisar o que está acontecendo para que ela não queira ir para escola. E quando chegamos dentro da casa desta criança, identificamos e percebemos que ela não tem esse apoio em casa e na escola ela quer chamar a atenção de uma forma onde os professores também não sabem lidar e passa a não querer mais frequentar. Então conseguimos ver essa falta de estrutura que tem em casa.

Com isso, verifica-se o quanto a relação familiar é fragilizada e até onde ela pode interferir na vida da criança; contribuindo para que a mesma não se

sinta capaz, e não tenha a atenção que deveria ter dos seus pares, direcionando esta função à rede escolar, que também passa a não compreender comportamentos atípicos pela busca de ser percebida e receber a atenção que tanto espera.

Famílias desordenadas, na qual as crianças convivem, desde muito cedo e são expostas a ocorrências de violência, vícios, falta de cuidado com os filhos e conflitos recorrentes entre os adultos, irão refletir na vida da criança, podendo causando traumas na socialização, no comportamento e no desempenho escolar desses indivíduos (RAOPORT e DA SILVA, 2013).

Por isso, faz-se necessário o entendimento dessas famílias em estabelecer um vínculo familiar agradável, e procurar ouvir as crianças, ter um olhar direcionado e especial para elas; Poliana em sua fala reitera que todo este vínculo fragilizado resulta em impactos psicológicos na vida da criança:

...percebemos com base nas vivências que o que mais predomina é a ansiedade, crianças muito ansiosas e assim conseguimos detectar que elas estão tendo algum problema psicológico por essa demanda específica.

Neste cenário em que perpassa todo este conflito e o ambiente familiar fragilizado, os impactos psicológicos passam a ser uma resposta emocional ao que a criança vem enfrentando dentro do lar. A ansiedade ela vem justamente por esta falta de atenção, falta de compreensão dos pais, por também viver em situação de vulnerabilidade social e comparar-se aos coleguinhas e amigos, a qualidade de vida, e também o costume que ambos têm a medida do grau de harmonia e vivência de outras famílias em que a criança passa a ver como um modelo.

Ainda sobre estes impactos na vida da criança, Luiza aponta durante entrevista:

Recebemos muito a questão de dificuldade escolar, embora não trabalhamos a questão escolar aqui no CRAS, conseguimos identificar que ela está tendo alguns comportamentos na escola devido algum transtorno psicológico, o que ultimamente tem surgido alto índice de queixas de autismo e TDAH.

Com base no manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais – DSM-5, pode-se inferir que tanto o Autismo quanto o Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH), abalam o desenvolvimento neurológico, com sinais perceptíveis logo nos primeiros anos iniciais na vida da criança. Em

ambos, os indivíduos apresentam desatenção, disfunção social e comportamento de difícil manejo.

Dessa forma, interpreta-se que cada vez mais as comunidades vulneráveis vêm crescendo, nas quais se destacam pelo pouco recurso que possuem e muita fragilidade; configurações diversas de famílias que se alteram frequentemente tem se tornado comum, todavia a falta de uma estrutura familiar consolidada pode prejudicar na vida escolar e emocional da criança; trazendo inúmeros prejuízos para a vida da criança em seu desenvolvimento, podendo desencadear, como vimos acima, transtornos e dificuldades emocionais que podem acompanhá-la durante toda a vida.

7.4 DIFICULDADES DA EQUIPE NA ATUAÇÃO COM AS FAMÍLIAS

Em relação às dificuldades da equipe na atuação com as famílias, durante a entrevista foi possível observar o quanto os pais são, por vezes, improvidentes, resistentes e omissos em relação a aceitação das intervenções que as profissionais precisam realizar, e também quanto aos seus papéis, como genitores e pais.

Com base nesta dificuldade, Débora aponta:

A aceitação é bem dificultosa, pois eles visam muito benefícios financeiros e materiais. Quando partimos para o lado do fortalecimento de vínculo, de fomentar o potencial dessa família, de trabalhar as qualidades neste contexto para que venham a ser inseridos no mercado de trabalho, para que mude a realidade em que vive, torna-se dificultoso e eles tendem a não aceitar, justamente por não serem serviços obrigatórios, no qual inicial e percebem que não tem nenhum retorno ou ajuda financeira para participar, eles abandonam. Quanto à criança, a dificuldade em si é quando os genitores, os pais ou responsável legal por ela, que na maioria das vezes é uma responsabilidade verbal e não documentada, não compreendem seus papéis e não se tornam responsáveis de fato pela educação e desenvolvimento daquela criança.

Esta situação ressalta uma realidade que no momento da entrevista, pode-se notar o quanto essa reação e atitude dos pais tumultuam e acabam atrapalhando o trabalho das mesmas, nas quais precisam insistir, muitas vezes, nos atendimentos para que consigam ajudar a criança, e também a família num todo, por mais difícil que seja. Sobre não conseguir atingir os resultados do trabalho, Poliana menciona:

Penso que esta seja a maior dificuldade que temos aqui, quando a mãe chega com a queixa, muitas vezes, encaminhada por algum outro órgão, nós começamos a conversar e a falar para aquela mãe ou aquele responsável que a dificuldade está nela e não na criança, eles não aceitam e não querem mais dar continuidade no atendimento e aí é onde ficamos só “patinando” não conseguimos trabalhar a família pela não aceitação daquilo que estamos mostrando para ela, a criança só está reproduzindo o que ela é realmente, o que ela tem de exemplo em casa.

Percebe-se que o resultado dos comportamentos das crianças nessas situações de vulnerabilidade social, são reflexos das atitudes dos seus pais, nos quais deveriam compreender o real motivo das dificuldades e problemas que permeiam seus filhos, e assim estarem dispostos a ajudá-los neste processo, o que nem sempre, como trazido pela entrevistada, será apenas a criança o foco do trabalho ou da intervenção, mas sim especificamente com os pais, nos quais trazem muita resistência ao falar-se sobre suas próprias atitudes e comportamentos dentro de casa.

Dessa forma, segundo Paula, alguns pais, mesmo ainda resistentes, acreditam que a intervenção da equipe multiprofissional pode ajudar e contribuir para o desenvolvimento e melhor vivência de seus filhos:

No primeiro momento é uma negação, mas depois fazendo a explicação e eles entendendo, conseguem identificar que essa criança está tendo mesmo algum tipo de conflito, e assim eles começam a aceitar, mas no primeiro momento há uma resistência a não achar que está acontecendo alguma coisa.

Em suma, estes foram os aspectos e demandas trazidas pelas profissionais durante as entrevistas, categorizadas durante a análise de forma clara e concisa afim de contribuir para os resultados da pesquisa em questão.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante os discursos contidos nas entrevistas realizadas em campo, com a contribuição das profissionais, considera-se que esta pesquisa atingiu seus objetivos em delinear os aspectos de vulnerabilidade social, o convívio familiar e os impactos psicológicos presentes na primeira infância.

A análise destes resultados, da pesquisa realizada, permitiu uma grande reflexão sobre o quanto a vulnerabilidade social e a pobreza são indicadores de violência doméstica e psicológica, violação de direitos e dificuldades financeiras; Acerca do convívio familiar, pôde-se observar que as famílias, em sua maioria, habitam num ambiente familiar conflituoso, no qual o vínculo familiar encontra-se fragilizado e constatou-se a falta de informação dos pais sobre como lidar com seus filhos e aceitar que existe um problema a ser observado dentro de casa com seus filhos, e que o motivo possa ser os comportamentos em que os mesmos praticam dentro do lar; E a respeito dos impactos psicológicos, verificou-se que as crianças possuem dificuldades escolares e também um alto desenvolvimento de ansiedade, Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) e Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH).

Durante a realização da coleta de dados em campo, foram encontradas algumas dificuldades em relação a equipe multidisciplinar entrevistada, e ao que se esperava de fato para esta pesquisa.

As contribuições das profissionais foram necessárias e importantes para a realização deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), uma vez que este tema foi algo que nasceu durante um estágio remunerado de dois anos que prestei na Secretaria de Desenvolvimento Social do município de Ariquemes, estágio este que despertou os aspectos que compõem todo este trabalho e sua finalidade. Porém, ao criar toda este projeto e levar esta ideia às futuras participantes da pesquisa, sentia que teríamos uma vasta bagagem e troca de experiência que pudesse contribuir para o trabalho em questão, visto que as profissionais possuem anos de carreira na instituição em que se realizou a pesquisa. Porém, o que aconteceu, foi que a pesquisa atingiu seus objetivos, mas não da maneira como esperávamos; os discursos, e falas coletadas foram muito sucintas, não houve aquela troca intensa, ou entrega por parte das profissionais para que as respostas das entrevistas contemplassem de fato, o

que se esperava e um pouco mais além. Sobre essa questão, acredito que o que poderia ter interferido neste processo, seja o fato das entrevistas terem sido gravadas; elas podem ter se sentido limitadas a talvez, expor muitas situações que pudessem a vir comprometê-las futuramente, embora tenha sido salientado às mesmas que haveria o sigilo de todas as informações e a utilização de nomes fictícios para a não identificação profissional delas.

Ademais, pode-se considerar que mesmo diante destas situações que saíram do esperado, a pesquisa teve seus resultados e chegou numa análise fidedigna, contribuindo assim para que explanássemos um pouco sobre o que envolve as particularidades da temática sobre vulnerabilidade e seus reflexos na vida de crianças na primeira infância.

Por fim, pode-se concluir que os resultados analisados e colhidos na pesquisa em questão corresponderam aos objetivos propostos neste trabalho, no qual analisou os fatores condicionantes relativos à vulnerabilidade social na vida familiar e suas implicações psicológicas no desenvolvimento infantil numa perspectiva psicossocial. Considera-se que foi possível analisar os fatores associados à vulnerabilidade social que os profissionais identificaram como prejudiciais e que influenciam as crianças psicologicamente e identificar os aspectos do convívio familiar que interferem negativamente na vida da criança ainda na primeira infância, segundo os profissionais da rede municipal de assistência social.

REFERÊNCIAS

ABUCHAIM, B. O. et al. **Importância dos vínculos familiares na primeira infância: estudo II**. São Paulo: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, 2016. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/crianca_feliz/Treinamento_Multiplicadores_Coordenadores/WP_Vinculos%20Familiares.pdf. Acesso em: 10 de julho. 2021.

ALMEIDA, P. et al. O Creas (Centro De Referência Da Assistência Social), E O Trabalho Do Assistente Social. **Etic-Encontro De Iniciação Científica-Issn 21-76-8498, V. 9, N. 9, 2013**. Disponível em: https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/9457/2/O_TRABALHO_DO_ASSISTENTE_SOCIAL_NO_CREAS_impasses_e_desafios_para_a_garantia_dos_direitos.pdf. Acesso em: 06 de setembro. 2021.

ABRANCHES, C. D. ; ASSIS, S. G. **A (in) visibilidade da violência psicológica na infância e adolescência no contexto familiar**. Cadernos de Saúde Pública, v. 27, p. 843-854, 2011. Disponível em: https://www.scielo.org/article/ssm/content/raw/?resource_ssm_path=/media/assets/csp/v27n5/03. Acesso em: 29 de junho de 2022.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION et al. **DSM-5: Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**. Artmed Editora, 2014.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011..

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social PNAS/ 2004. Norma Operacional Básica NOB/SUA**. Brasília, Novembro 2005, pág. 32 e 33. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf. Acesso em: 16 de setembro. 2021.

CARRARA, M. L. **Dificuldade de aprendizagem e vulnerabilidade social sob a percepção da comunidade escolar**. Universidade do Sul de Santa Catarina. Pós graduação em Educação e Direitos Humanos, 2016. Disponível em: <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2017/02/Artigo-Mariane.pdf>. Acesso em: 24 de julho. 2021.

COSTA, E. C. . **A Influência Da Família Na Formação Das Crianças E Adolescentes: O Caso Do Lar Betânia**. Maiêutica-Serviço Social, v. 1, n. 1, 2013. Disponível em: https://publicacao.uniasselvi.com.br/index.php/SES_EaD/article/view/610/277. Acesso em: 21 de setembro. 2021.

COSTA, A. F. S.; CARDOSO, C. L. **Inserção do psicólogo em Centros de Referência de Assistência Social-CRAS**. Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia, v. 3, n. 2, p. 223-229, 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1983-82202010000200011&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 06 de setembro. 2021. CORDEIRO, Mariana Prioli; CURADO, Jacy Corrêa. Psicologia na assistência social: Um campo em formação. Psicologia & Sociedade, v. 29, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/RVPdxYsDWFcWrZK8skKVfjc/?format=html>. Acesso em: 20 de agosto. 2021.

CIEPLAK, J. K. **A atuação do Serviço Social na prevenção a violência doméstica de crianças e adolescentes do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do CRAS de Paraíso-SC.** Serviço Social-Unisul Virtual, 2019. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/10911/2/Trabalho%20de%20Conclus%C3%A3o%20de%20Curso-Servi%C3%A7o%20Social.pdf>. Acesso em: 29 de junho de 2022.

DUARTE, Rosália. **Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo.** Cadernos de pesquisa, n. 115, p. 139-154, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/PmPzwqMxQsvQwH5bkrhrDKm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 de julho. 2021.

DANTAS, O.; FRANCO, M. V. A. **Pesquisa exploratória: aplicando instrumentos de geração de dados-observação, questionário e entrevista.** In: Educere-Congresso Nacional de Educação. 2017. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/25001_13407.pdf. Acesso em: 17 de julho. 2021.

DOS SANTOS OLIVEIRA, I. L.; BRAGA, A. P.; PRADO, C. M. N. **Participação da família no desenvolvimento da aprendizagem da criança.** Estação Científica (UNIFAP), v. 7, n. 2, p. 33-44, 2017. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/index.php/estacao/article/view/2325>. Acesso em: 12 de agosto. 2021.

DOS SANTOS, F. M. **Análise de conteúdo: a visão de Laurence Bardin.** 2016.

DA SILVA, A. J. N.; DA COSTA, R. R.; NASCIMENTO, A. M. R. **As implicações dos contextos de vulnerabilidade social no desenvolvimento infantojuvenil: da família à assistência social.** Revista pesquisas e práticas psicossociais, v. 14, n. 2, p. 1-17, 2019. Disponível em: file:///C:/Users/ludi_/Downloads/2799-12051-1-PB.pdf. Acesso em 29 de junho de 2022.

DE VITÓRIA, C. C.; GALVÃO, E.. **Atuação Profissional Do Assistente Social No Centro De Referência Especializada De Assistência Social (Creas).** Disponível em: https://www.ucv.edu.br/fotos/files/2016-2_Edmar.pdf. Acesso em: 20 de agosto. 2021.

DE ANDRADE, L. M. B.; MORETHES, R. A. B. **A Importância do Vínculo Familiar No Desenvolvimento Emocional da Criança nos Primeiros Anos de Vida.** Revista de Educação, v. 7, n. 7, p. 35-48, 2013. Disponível em: [file:///C:/Users/ludi_/Downloads/950-Texto%20do%20artigo-1711-1-10-20190610%20\(1\)](file:///C:/Users/ludi_/Downloads/950-Texto%20do%20artigo-1711-1-10-20190610%20(1)). Acesso em: 30 de junho de 2022.

ESTEVES, L. P.; RIBEIRO, S. **A importância dos vínculos afetivos e da interação familiar para a formação e aprendizagem escolar das crianças.** Revista Psicologia, Diversidade e Saúde, v. 5, n. 2, 2016. Disponível em: file:///C:/Users/ludi_/Downloads/879-Texto%20do%20Artigo-5304-1-10-20161219.pdf. Acesso em: 30 de junho de 2022.

FONSECA, F. F. et al. **As vulnerabilidades na infância e adolescência e as políticas públicas brasileiras de intervenção.** Revista Paulista de Pediatria, v. 31, n. 2, p. 258-264, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rpp/a/Qtvk8gNNvtzhyqhDRtLX6R/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 12 de setembro. 2021.

GOMES, M. A.; PEREIRA, M. L. D. **Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas.** *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 10, p. 357-363, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/tw4jYGw65NMVCC4ryKNKzPv/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 12 de setembro. 2021.

GOMES, M. A.; PEREIRA, M. L. D. **Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas.** *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 10, p. 357-363, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/tw4jYGw65NMVCC4ryKNKzPv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 29 de junho de 2022.

GOMES, D. F. et al. **Políticas públicas de Assistência Social para população em situação de rua: análise documental.** 2016. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/40368>. Acesso em: 20 de setembro.2021.

HANADA, H.; D'OLIVEIRA, A. F. P. L.; SCHRAIBER, L. B. **Os psicólogos na rede de assistência a mulheres em situação de violência.** *Revista Estudos Feministas*, v. 18, p. 33-60, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/NT9hzc5kt6qFB4VGJZkT64m/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 17 de setembro.2021.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações sociais e serviço social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** São Paulo, Cortez, 2010

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** In: *O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.* São Paulo: Cortez, 2015.

LARA, A. M. B.; MOLINA, A. A. **Pesquisa Qualitativa: apontamentos, conceitos e tipologias. Metodologia e técnicas de pesquisa nas áreas de ciências humanas.** Maringá, PR: EdUem, v. 1, p. 121-148, 2011. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640155>. Acesso em: 03 de agosto.2021.

LIMA, M. A. D. S.; ALMEIDA, M. C. P.; LIMA, C. C. **A utilização da observação participante e da entrevista semi-estruturada na pesquisa de enfermagem.** *Revista gaúcha de enfermagem.* Porto Alegre. Vol. 20, n. especial (1999), p. 130-142, 1999. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/23461>. Acesso em: 11 de agosto.2021.

MARTINS, K. T. C. **O trabalho do assistente social nos CRAS e CREAS: um estudo das implicações do atendimento a requisições do Sistema de Justiça.** 2018. Dissertação de Mestrado. Brasil. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/27249> . Acesso em: 27 de agosto. 2021.

MORAIS, J. B. T.; FONSECA, H. R. R.; GONÇALVES; N. P. C. **Atuação Do Psicólogo No Sistema Único Da Assistência Social.** VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas – UFMA. Disponível em: <https://www.anepcp.org.br/acp/c/artigo/viii-r-jornada-internacional-de-politicas-publicas>. Acesso em: 14 de agosto. 2021.

MATTNER, D. A. R. **Reflexos da contemporaneidade: a ausência da família compromete o desenvolvimento da criança.** 2017. Disponível em:

<https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/xmlui/bitstream/handle/123456789/4186/Daiane%20Alves%20Rodrigues%20Mattner.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 30 de junho de 2022.

NALESSO, A. P. P.; RIZZOTTI, M. L. A. **Serviço social e política social no Brasil: uma relação necessária**. Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 17, n. 2, p. 278-291, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3215/321559289004/html/>. Acesso em: 04 de outubro. 2021.

PRATTA, E. M. M.; SANTOS, M. A. **Família e adolescência: a influência do contexto familiar no desenvolvimento psicológico de seus membros**. Psicologia em estudo, v. 12, p. 247-256, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/3sGdvzqtVmGB3nMgCQDVBgL/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 18 de agosto. 2021.

PASCHOAL, G. R.; MARTA, T. N. **O papel da família na formação social de crianças e adolescentes**. Confluências| Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito, v. 12, n. 1, p. 219-239, 2012. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/confluencias/article/view/34239>. Acesso em: 19 de agosto. 2021.

RODRIGUES, M. L. et al. **Os Psicólogos E Os Assistentes Sociais Nas Políticas Públicas: Sentidos Da Interdisciplinaridade Nos Centros De Referência De Assistência Social-Crass, Na Cidade De São José Dos Campos/Sp**. 2011. Disponível em: <https://sapiencia.pucsp.br/bitstream/handle/17520/1/Maria%20de%20Lourdes%20Rodrigues.pdf>. Acesso em: 09 de agosto. 2021.

RIBEIRO, M. E.; GOTO, T. A. **Psicologia no sistema único de Assistência Social: Uma experiência de clínica ampliada e intervenção em crise**. Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia, v. 5, n. 1, p. 184-194, 2012. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202012000100012. Acesso em: 20 de setembro. 2021.

RUFINO, L. G. B.; DARIDO, S. C. A pesquisa-ação como forma de investigação no âmbito da educação física escolar. **Anais do IV Seminário Internacional de Pesquisa e Estudos Qualitativos. Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, SP: Acesso em: out, 2010**. Disponível em: <https://arquivo.sepq.org.br/IV-SIPEQ/Anais/artigos/89.pdf>. Acesso em: 13 de agosto. 2021.

RAOPORT, A.; DA SILVA, S. B. **Desempenho escolar de crianças em situação de vulnerabilidade social. Revista Educação Em Rede: Formação E Prática Docente-Issn 2316-8919**, v. 2, n. 2, 2013. Disponível em: file:///C:/Users/ludi_/Downloads/eblando,+Gerente+da+revista,+artigo_altera%C3%A7%C3%B5es1.pdf. Acesso em: 30 de junho de 2022.

SILVA, A. H.; FOSSÁ, M. I. T. **Análise de conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos**. Qualitas Revista Eletrônica, v. 16, n. 1, 2015. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/EnEPQ129.pdf>. Acesso em: 20 de julho. 2021.

SILVA, A. H. et al. **Análise de conteúdo: fazemos o que dizemos? Um levantamento de estudos que dizem adotar a técnica**. Conhecimento interativo, v. 11, n. 1, p. 168-

184, 2017.
Disponível em: <http://app.fiepr.org.br/revistacientifica/index.php/conhecimentointerativo/article/view/223>. Acesso em: 29 de julho.2021.

SILVA, A. H.; FOSSÁ, M. I. T. **Análise de conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos**. Qualitas revista eletrônica, v. 16, n. 1, 2015. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/EnEPQ129.pdf>. Acesso em 29 de junho de 2022.

SOBRAL, M. E. et al. **Avaliação da qualidade de vida de adolescentes em situação de vulnerabilidade social**. Revista Brasileira em Promoção da Saúde, v. 28, n. 4, p. 568-577, 2015. Disponível em: <https://periodicos.unifor.br/RBPS/article/view/3886>. Acesso em: 15 de setembro. 2021.

SANTOS, R. **O Atendimento Social A Adolescentes Em Situação De Vulnerabilidade Social: Um Relato De Experiência**. Revista Triângulo, V. 4, N. 2-Esp, 2011. Disponível em: <http://seer.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/revistatriangulo/article/view/162>. Acesso em: 10 de outubro.2021.

SANTORO, J. M. R. **A Importância De Uma Equipe Multidisciplinar, No acompanhamento Das Famílias Beneficiárias Do Programa Bolsa Família, Na Escola “Escola Estadual 31 De Março”**. Disponível em: <http://epds.ufms.br/wp-content/uploads/anaisencontroiepds/pdfs/76385841120.pdf>. Acesso em: 14 de setembro. 2021.

SILVA, A. L. S. et al. **Vulnerabilidade Social E Adolescência: Perspectivas Para A Atuação Do Psicólogo. TCC-Psicologia, 2020**. Disponível em: <https://www.repositoriodigital.univag.com.br/index.php/Psico/article/view/608>. Acesso em: 17 de agosto. 2021.

SENRA, C. M. G.; GUZZO, R. S. L. **Assistência social e psicologia: sobre as tensões e conflitos do psicólogo no cotidiano do serviço público**. Psicologia & Sociedade, v. 24, p. 293-299, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/rdzMc6m5DDMvwhpy6kfx38L/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 de outubro. 2021.

VASCONCELLOS, F. P. A. et al. **Convívio Familiar E Desenvolvimento Psicossocial Da Criança**. X Congresso Nacional de Educação – EDUCERE. 2011. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/4645_2536.pdf. Acesso em: 09 de outubro. 2021.

XIMENES, D. A. **Vulnerabilidade Social – UFMG. 2010**. Disponível em: <https://gestrado.net.br/wp-content/uploads/2020/08/235-1.pdf>. Acesso em: 28 de setembro. 2021.

APÊNDICE I
INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Entrevista Semiestruturada Referente à Pesquisa: “VULNERABILIDADE SOCIAL, CONVÍVIO FAMILIAR E OS IMPACTOS PSICOLÓGICOS NA PRIMEIRA INFÂNCIA SOB UM OLHAR PROFISSIONAL MULTIDISCIPLINAR”.

- 1) Qual a situação de vulnerabilidade do público que é atendido no CRAS ou CREAS no município de Ariquemes?
- 2) Quais são as peculiaridades entre o atendimento familiar e aquele realizado apenas com a criança?
- 3) Como é a aceitação das famílias quanto a intervenção que você realiza tanto com a criança quanto com todo o contexto familiar?
- 4) Como você identifica que a criança vivencia um ambiente familiar conflituoso?
- 5) Quais são as demandas que mais ocorrem no CRAS e CREAS no que se refere a problemas de desestruturação familiar e vulnerabilidade?
- 6) Quais são os problemas psicológicos que mais atingem as crianças que são acompanhadas na primeira infância neste CRAS e CREAS?
- 7) Como os pais ou responsáveis reagem diante de um conflito que envolve a criança?
- 8) Existem dificuldades por parte dos responsáveis em identificar os impactos psicológicos que uma criança pode ter ao viver num ambiente conflituoso?



RELATÓRIO DE VERIFICAÇÃO DE PLÁGIO

DISCENTE: Ludimila de Souza Silva

CURSO: Psicologia

DATA DE ANÁLISE: 18.07.2022

RESULTADO DA ANÁLISE

Estatísticas

Suspeitas na Internet: **11,17%**

Percentual do texto com expressões localizadas na internet 

Suspeitas confirmadas: **10,17%**

Confirmada existência dos trechos suspeitos nos endereços encontrados 

Texto analisado: **96,9%**

Percentual do texto efetivamente analisado (frases curtas, caracteres especiais, texto quebrado não são analisados).

Sucesso da análise: **100%**

Percentual das pesquisas com sucesso, indica a qualidade da análise, quanto maior, melhor.

Analisado por Plagius - Detector de Plágio 2.8.3
segunda-feira, 18 de julho de 2022 17:44

PARECER FINAL

Declaro para devidos fins, que o trabalho da discente **LUDIMILA DE SOUZA SILVA**, n. de matrícula **30290**, do curso de Psicologia, foi aprovado na verificação de plágio, com porcentagem conferida em 11,17%. Em decorrência das falsas acusações de plágio, a professora orientadora Katiúscia Carvalho de Santana analisou o trabalho e o considerou apto para aprovação, devendo a aluna fazer as correções necessárias.

(assinado eletronicamente)

HERTA MARIA DE AÇUCENA DO N. SOEIRO

Bibliotecária CRB 1114/11

Biblioteca Central Júlio Bordignon

Centro Universitário FAEMA – UNIFAEMA

Assinado digitalmente por: Herta Maria
de A?ucena do Nascimento Soeiro
Razão: Faculdade de Educação e Meio
Ambiente - FAEMA